

# A direita e o governo Lula

Por Emir Sader | 7 de Setembro de 2004

O governo Lula passou a ser criticado, nestes últimos dois meses, pelo que a mídia chama de “autoritarismo”. As propostas de regulamentação do jornalismo e do cinema desataram críticas unânimes, que aproveitaram para retomar outros temas, desde a expulsão do jornalista do *New York Times*, o que chamam de “aparelhismo” do PT em cargos públicos e se estenderam ao “gigantismo” da campanha eleitoral dos candidatos do PT, como se de repente fossem abalados por um certo medo da eventual extensão da força do partido do governo.

Isso se dá no momento mesmo em que se instaura um clima de euforia sobre a retomada do crescimento econômico, com reflexos nos índices sociais, o que poderia significar uma confirmação do acerto da política econômica conservadora do governo, que agrada aos setores de direita. Mas mesmo neste momento, os editoriais de jornais como *O Globo* e *O Estado de São Paulo* se preocupam em frisar como essa retomada não deveria servir de pretexto para que o PT deixasse de lado a agenda de reformas liberais, mencionando em particular a reforma trabalhista, ao mesmo tempo que se chama a atenção sobre os riscos da flexibilização anunciada da Lei de Responsabilidade Fiscal. Retoma-se a crítica ao que consideram “excessiva carga tributária” e reiteram que sem novos investimentos—o que dependeria de maiores desonerações para as empresas privadas—o atual ciclo de retomada econômica não se sustentaria.

Embora tenha conseguido o apoio das elites tradicionais, que constituem um núcleo essencial da direita brasileira, o governo Lula não consegue aparecer como o representante orgânico desses setores, que desconfiam do PT como partido, das formas de regulação estatal que o governo propõe, das intenções—atribuídas ou reais—de controle do aparelho de Estado, de posição branda na relação com o MST e outros movimentos sociais, de falta de dureza no tratamento de governos como os de Cuba e da Venezuela, de “ideologismo” na política externa—entre outros temas. Qual é efetivamente a posição da direita brasileira em relação ao governo Lula?

## Relações ambíguas

As relações da direita com o governo Lula se revelam assim ambíguas: de apoio à política econômica, por um lado, mas de termo político do fortalecimento de um partido que a direita reconhece que não faz parte do bloco em que tradicionalmente confia. É como se a direita, reconhecida pelas políticas conservadoras do governo, ainda assim não

se sente suficientemente confiante para transferir para esse partido as relações orgânicas com que tem com os partidos que os tem representado—como é o caso, especialmente, do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A postura claramente oposta aos candidatos do PT nas eleições municipais reforça essa postura por parte da direita.

As relações orgânicas da direita brasileira se transferiram para o PSDB durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Encontraram interlocutores em quem depositam confiança—a começar pelo próprio ex-presidente—e com economistas e parlamentares—de Pedro Malan a Tasso Jereissatti, entre tantos outros—desse partido. Seu complemento é dado pelo PFL, onde uma figura como Jorge Bornhausen representa laços estreitos com o setor financeiro da direita brasileira.

A vitória de Lula, depois do susto e da resignação, trouxe a “surpresa”, positiva para a direita, da continuidade da política econômica, da nomeação de ministros empresários e da equipe do Banco Central, assim como a proposta de seguimento das reformas liberais do governo Cardoso, o que trouxe também o realinhamento do grande empresariado a favor do governo Lula. O eixo desse apoio é a política econômica, levada a cabo pelo Ministério da Fazenda e pela equipe do Banco Central, assim como pelos Ministérios da Agricultura e do Comércio Exterior, estes últimos empresários.

O liberalismo dessa política econômica é o elemento comum com as posições da direita e do grande empresariado. É ele o elemento sobre o qual se constrói a aliança do governo com o grande empresariado. Seus fiadores são Henrique Meirelles e Antonio Palocci. A prioridade do ajuste fiscal e da estabilidade monetária, que dão os parâmetros no interior do qual deve se mover a economia e o modelo centrado na exportação, em que o agronegócio tem o papel dinâmico—são os pilares sobre os quais se constitui essa aliança e esse apoio do grande empresariado ao governo.



Programa de Americas do IRC

[www.americaspolicy.org](http://www.americaspolicy.org)

Um mundo novo da análise, das idéias, e das opções da política



Lutam eles ainda pela diminuição da carga fiscal, pela posta em prática de uma reforma que acentue ainda mais a flexibilização laboral, por mais incentivos à exportação. O empresariado industrial e comercial reivindica diminuição da taxa de juros, reivindicação em que não é acompanhado pelo sistema financeiro. São porém diferenças que cruzam o próprio governo, com o vice-presidente defendendo a primeira posição e a equipe econômica a segunda.

A direita política, mais distante do período eleitoral, defendeu a equipe econômica, quando esta se viu questionada. Porém, eles sabem que ficam deslocados de seu espaço político com o governo avançando na direção do centro e da direita do espectro político. Assim, enquanto o empresariado apóia praticamente in totum a política econômica, a direita política coloca as travas que pode ao governo, mais ainda quando chegam as eleições e a disputa por espaço político aumenta. É o caso da disputa pela proposta governamental da Parceria Público Privado (PPP), apoiado pelo grande empresariado, consciente das vantagens que pode ter, no que é apoiado pelos colunistas econômicos—como arautos ideológicos do liberalismo—, que atacam a posição desses partidos, que não responderiam a necessidades estratégicas, mas a demandas eleitorais imediatas.

## Pontos de conflito

Apesar disso, a direita, expressada nos editoriais dos grandes jornais e nas manifestações dos partidos opositores, passou a atacar o governo por suas tendências “autoritárias”. Os temas mais imediatos são as iniciativas do governo em relação à profissão de jornalista e ao áudio-visual. Um clima ideológico completamente contaminado pelos valores liberais favorece a ofensiva opositora, que logrou unir a conservadores tradicionais, a liberais e até mesmo a personagens da esquerda—do PT e à esquerda do PT—na crítica às supostas tentativas do governo para “controlar a imprensa”. Da mesma forma, coro similar àquele manifestado a um tempo, comandado pela Globo, com o mesmo papel de Carlos Diegues, dissimulando mal como os interesses dessa empresa seriam afetados, se manifestou nos marcos do liberalismo.

No entanto, mais além dessas demandas, o que efetivamente perturba a direita são as tendências “estatistas” e “reguladoras” que o governo manteria. De fato, em comparação com o governo FHC, o governo Lula, por um lado, não deu con-

tinuidade ao processo de privatização, processo que de alguma forma já tinha se esgotado. Por outro lado, o governo desenvolve certas orientações reguladoras, seja através do BNDES, com seu processo indutor da expansão econômica, seja pelo financiamento de obras no exterior.

A tática da direita é clara: apoiar o que considera contínuo no governo Lula, exigir fortalecimento das políticas de ajuste fiscal e seu desdobramento em novas reformas—com a trabalhista como a próxima da lista—, mas atacar o governo no que considera suas fraquezas, tanto para enfraquecer os setores que considera de esquerda—seja BNDES, Ministério de Relações Exteriores ou Ministério da Reforma Agrária, seus alvos preferidos. Com isso não apenas pretende fortalecer ainda mais a posição da equipe econômica dentro do governo, oferecendo apoio e trégua a Lula, como enfraquecendo o governo sempre que possam, para poder negociar com este em posição ainda mais favorável.

O governo se vale do consenso com os setores conservadores, especialmente do empresariado, para buscar projetar uma imagem de apoio nacional, mas ao mesmo tempo desenvolve projetos contraditórios com essa lógica, como os apontados acima, alvos privilegiados dos ataques opositores. A definição da prioridade da Alca ou do Mercosul cruza ambas posições, com o alinhamento do grande empresariado, da imprensa de direita e dos ministérios econômicos favoráveis à Alca, enquanto os outros setores privilegiam o Mercosul. Por aí passam em parte as relações do governo com a direita e da direita com o governo, que devem intensificar-se conforme terminem as eleições estadunidenses e seja retomada a ofensiva sobre a Alca.

Porém, passadas as eleições brasileiras, o tema da reeleição começara a se colocar abertamente par ao governo e fará parte necessariamente da pauta da direita. Projetando-se o panorama atual, deve haver dificuldade de entendimento entre o grande empresariado—não necessariamente empenhado em buscar alternativa ao governo Lula—e a direita política, que obrigatoriamente terá que medir forças com o PT e seu arco de alianças. Da fisionomia que assuma o governo Lula depois das eleições depende em parte as novas formas de relação com a direita e da direita com o governo, na segunda parte do mandato presidencial.

---

*Emir Sader brasileiro, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, autor; entre outros livros, da Vingança da História (Ed. Clacso).*

Publicado pelo Programa de Americas do Interhemispheric Resource Center (IRC, em linha em [www.irc-online.org](http://www.irc-online.org)). ©2004.

## The Americas Program

“Um mundo novo da análise, das idéias, e das opções da política”

Posição da correia fotorreceptora:

<http://www.americaspolicy.org/commentary/2004/port-0409lula.html>